



VARIG
Brasil

***DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
TRIMESTRAIS***

30 DE JUNHO DE 2005



ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	12
NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	16
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA EXECUTIVA.....	35
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL ...	36



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Balanço Patrimonial levantado em 30 de junho de 2005 e as respectivas Demonstrações de Resultado correspondentes ao trimestre e semestre findos naquela data, acompanhados do relatório dos auditores independentes sobre revisão especial. Os valores estão expressos em milhares de Reais, exceto se de outra forma explicitado.

1. DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

Um sumário dos resultados apresentados pela VARIG – controladora – VARIG e suas controladas VARIG Log e VEM – consolidado – e VARIG e as empresas relacionadas Rio Sul e Nordeste para o semestre findo em 30 de junho de 2005 e 2004 está apresentado a seguir:

	VARIG CONSOLIDADO (inclui VARIG LOG, VEM e PLUNA)		VARIG CONTROLADORA		VARIG, RIO SUL e NORDESTE - COMBINADO	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Receita líquida	4.254.911	3.972.619	3.554.029	3.261.417	3.599.660	3.351.547
Receita líquida - Operações de voo	3.870.944	3.772.256	3.441.490	3.157.184	3.487.121	3.247.314
Custo dos serviços prestados -Operações de voo	(3.010.618)	(2.658.694)	(2.739.170)	(2.313.357)	(2.784.429)	(2.412.992)
Despesas comerciais	(759.828)	(883.380)	(556.364)	(660.475)	(564.125)	(677.622)
Despesas administrativas	(122.939)	(106.627)	(96.527)	(81.702)	(98.571)	(87.459)
Resultado de voo	(22.441)	123.555	49.429	101.650	39.996	69.241
Outras receitas líquidas	383.967	200.363	112.539	104.233	112.539	104.233
Outros custos operacionais	(306.351)	(204.756)	(109.755)	(85.532)	(107.369)	(86.042)
Resultado de acordos operacionais	(14.600)	(61.607)	(14.600)	(61.607)	-	-
Resultado da atividade - EBIT	40.575	57.555	37.613	58.744	45.166	87.432
Participação frente a receita líquida	1,0%	1,4%	1,1%	1,8%	1,3%	2,6%
Despesas financeiras líquidas	(180.760)	(411.123)	(165.175)	(408.124)		
Resultado de participações	(11.963)	(3.135)	(42.573)	(11.752)		
Outros	(241.811)	(210.117)	(223.824)	(205.688)		
Resultado líquido	(393.959)	(566.820)	(393.959)	(566.820)		

1.1) Receita líquida – Operações de Voo

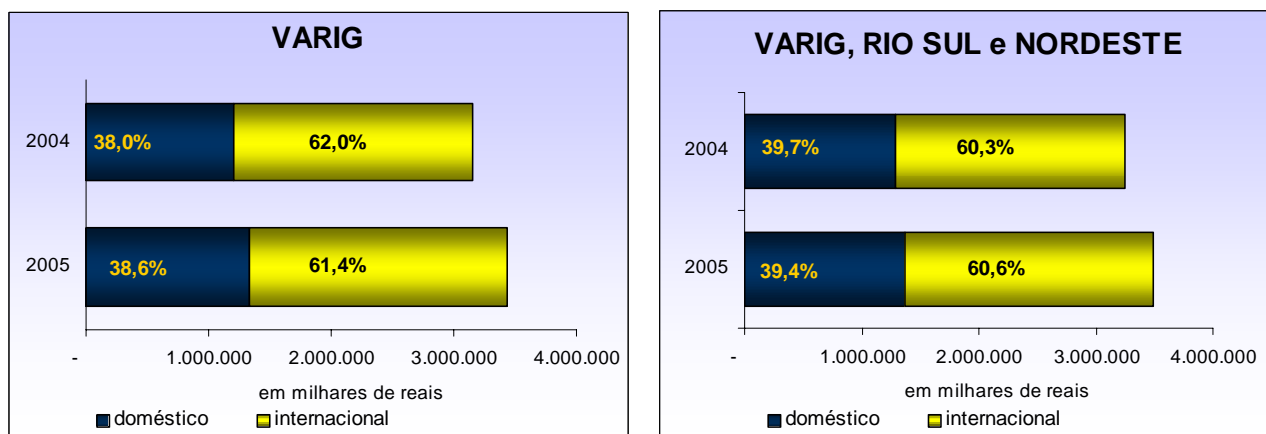
As receitas líquidas – operações de voo apresentaram um crescimento no primeiro semestre de 2005 em relação ao mesmo período do exercício anterior, atingindo aproximadamente 9% na Controladora e 7% no combinado. Fator relevante para a obtenção deste resultado, não obstante a acirrada concorrência de preços, é a melhoria sustentada nas nossas taxas de ocupação, como a seguir demonstrado:

	SEMESTRE FINDO EM JUNHO		
	2005	2004	2003
Vôos Internacionais	76%	75%	73%
Vôos Domésticos	66%	63%	60%
Média	72%	71%	69%

Para o semestre findo em 30 de junho de 2005 a VARIG e suas empresas relacionadas atingiram uma participação de mercado doméstico de 26,54% comparáveis com 31,22% obtidos no mesmo período de 2004. No entanto, o número de passageiros transportados no primeiro semestre de 2005, em vôos domésticos e internacionais, aumentaram 10,2% e 10,1%, respectivamente, sobre o mesmo período de 2004.

Em um ambiente de alta competitividade, o índice de performance (RASK) obtido pelas empresas do grupo VARIG no primeiro semestre de 2005, medido pela divisão do total da receita líquida de vôo pela quantidade de assentos oferecidos, no valor de R\$0,2053 para vôos domésticos e R\$0,1611 para vôos internacionais, apresenta uma evolução sobre os resultados auferidos em 2004 de R\$0,1901 e R\$0,1559, respectivamente. Frise-se que o RASK correspondente aos vôos internacionais é consideravelmente menor que aquele apurado no mercado doméstico em função, principalmente, das longas distâncias percorridas.

As receitas líquidas de vôo, para os mercados internacional e doméstico, apresentaram a seguinte evolução:



1.2) Custos dos Serviços Prestados – Operações de Vôo

Os custos dos serviços prestados – operações de vôo, para o semestre findo em 30 de junho de 2005, nos montantes de R\$2.739.170 na controladora e R\$2.784.429 no combinado, representam um aumento de aproximadamente 18% e 15%, respectivamente, sobre o mesmo período do ano anterior.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Os principais componentes dos custos dos serviços prestados são como segue:

<u>Componentes</u>	<u>% em relação ao custo total</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Combustível	38	34
Arrendamento de aeronaves	12	14
Pessoal	12	13
Revisão e manutenção	15	8
Tarifas aeroportuárias	8	7
Outros	15	24
	-----	-----
	100	100
	=====	=====

O custo médio do litro de combustível de aviação para o primeiro semestre de 2005 foi de R\$1,29, um acréscimo de 24% sobre o custo de R\$1,04 apurado em 2004. Os aumentos nos preços internacionais do petróleo, parcialmente compensados pela valorização do Real frente ao dólar norte-americano, e um aumento no volume de combustível consumido de aproximadamente 4% são os principais fatores para as variações neste componente.

O expressivo acréscimo no percentual de participação dos custos de revisão e manutenção nos custos totais é explicado pela programação e execução de revisões completas em algumas aeronaves (check D) e revisões de aeronaves para devolução aos arrendadores.

1.3) Despesas comerciais

As despesas comerciais apresentaram uma redução de cerca de 16%, passando de R\$660.475 no primeiro semestre de 2004 para R\$556.364 em 2005 representando, respectivamente, 21% e 16% sobre a receita de vôo. Renegociações de comissões com agentes localizados principalmente na Europa respondem, em grande parte, por este acréscimo de eficiência operacional.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1.4) Resultado financeiro

Dentre as despesas financeiras destacam-se os encargos sobre o PAES na ordem de R\$135 milhões (R\$ 150 milhões em 2004) e sobre o AERUS R\$ 21 milhões (R\$19 milhões em 2004). O crédito decorrente da apreciação do real frente ao dólar norte americano montou a R\$ 115 milhões.

1.5) Recursos gerados pelas operações

Uma demonstração dos principais indicadores de desempenho financeiro é apresentada a seguir:

	Controladora
Prejuízo do período	(393.959)
Resultado Financeiro líquido	169.824
Resultado não operacional (a)	50.598
Outras despesas operacionais (a)	211.150
EBIT – Resultado de Atividade	37.613
Depreciações e amortizações	12.259
EBITDA	49.872
Aluguéis e Arrendamentos	335.089
EBITDAR	384.961
	=====
Margens s/ receita líquida	
EBIT	1,10%
EBITDA	1,40%
EBITDAR	10,80%

(a) A Companhia adota, como conceito de EBIT, a geração de caixa operacional, excluindo, conseqüentemente, de seu cômputo os efeitos provocados pelos registros nas contas de resultado não operacional e outras despesas operacionais líquidas que foram gerados por motivos adversos que não têm natureza recorrentes.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2. INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL

No quadro a seguir demonstramos os principais indicadores de desempenho operacional da VARIG, individualmente, e da VARIG com as empresas relacionadas Rio Sul e Nordeste para o semestre findo em 30 de junho de 2005.

	VARIG e VARIG Log			VARIG, VARIG Log, RIO SUL e NORDESTE		
	2005	2004	Var. %	2005	2004	Var. %
Horas Voadas	147.568	147.606	0,0	150.533	157.161	-4,2
INTERNACIONAL	75.284	75.384	-0,1	75.284	75.384	-0,1
DOMÉSTICO	72.284	72.222	0,1	75.249	81.777	-8,0
Km Voados (000)	107.311	108.222	-0,8	109.095	113.803	-4,1
INTERNACIONAL	60.061	60.051	0,0	60.061	60.051	0,0
DOMÉSTICO	47.250	48.171	-1,9	49.034	53.752	-8,8
Passageiros Transportados	6.441.445	5.838.021	10,3	6.611.585	6.113.886	8,1
INTERNACIONAL	2.125.376	1.920.019	10,7	2.125.376	1.920.019	10,7
DOMÉSTICO	4.316.069	3.918.002	10,2	4.486.209	4.193.867	7,0
Ass x Km Oferecidos (000)	19.586.888	18.862.573	3,8	19.786.227	19.134.846	3,4
INTERNACIONAL	13.119.977	12.550.859	4,5	13.119.977	12.550.859	4,5
DOMÉSTICO	6.466.911	6.311.714	2,5	6.666.250	6.583.987	1,2
Pax x Km Transportados (000)	14.167.201	13.384.716	5,8	14.282.633	13.556.584	5,4
INTERNACIONAL	9.918.051	9.427.810	5,2	9.918.051	9.427.810	5,2
DOMÉSTICO	4.249.150	3.956.906	7,4	4.364.582	4.128.774	5,7
Aproveitamento (%) Pax x Km	72%	71%	1p.p.	72%	71%	1p.p.
INTERNACIONAL	76%	75%	1p.p.	76%	75%	1p.p.
DOMÉSTICO	66%	63%	3p.p.	65%	63%	2p.p.
Ton x Km de Carga + MP (000)	620.002	637.773	-2,8	620.446	638.262	-2,8
INTERNACIONAL	503.539	536.497	-6,1	503.539	536.497	-6,1
DOMÉSTICO	116.463	101.276	15,0	116.907	101.765	14,9

3 – FROTA

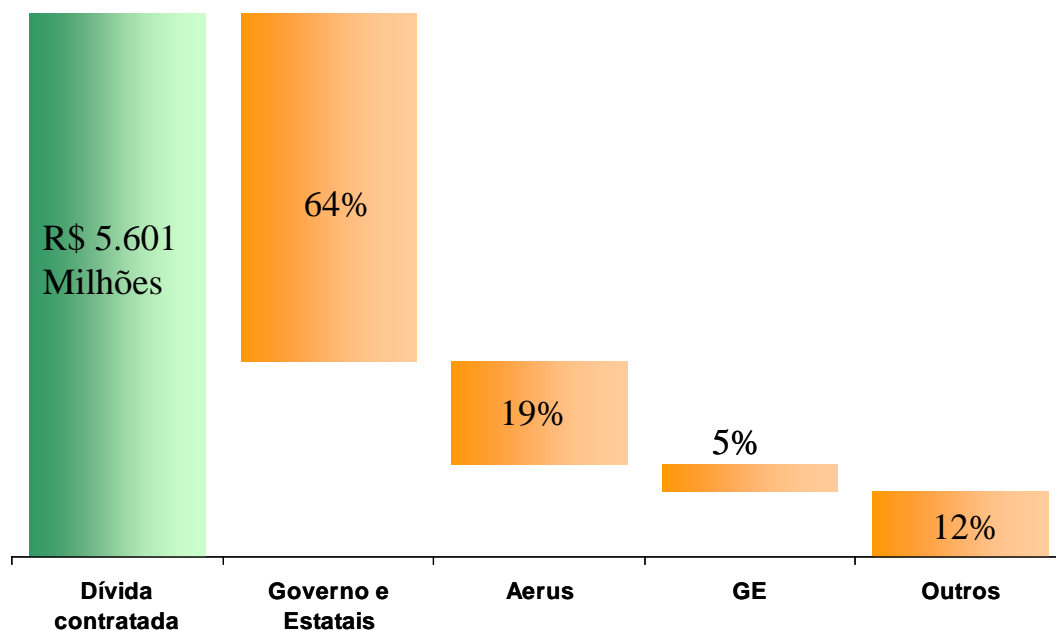
Modelo de aeronaves	2005	2004
<u>Aeronaves operacionais</u>		
ERJ 145	-	7
B - 737/200	-	-
B - 737/300	30	32
B - 737/400	4	1
B - 737/500	10	13
B - 737/700	2	2
B - 737/800	2	2
B - 757-200	4	-
B - 767/200 ER	-	-
B - 767/300	2	6
B - 767/300RT	2	2
B - 777/200	8	4
MD - 11	13	14
B - 727/100 (Cargo)	2	2
B - 727/200 (Cargo)	4	4
DC - 10/30 (Cargo)	3	3
MD - 11 (Cargo)	2	-
TOTAL	88	92
PASSEGEIROS	77	83
CARGUEIROS	11	9

4 - ENDIVIDAMENTO

O endividamento da Companhia apresenta forte concentração de credores como está demonstrado no quadro a seguir :

Valores em milhões de Reais		
Credor	Último vencimento	Saldo em 30/06/05
PAES	Jul-2018	3.225
INFRAERO	Mai-2008	174
PETROBRAS	Mai-2006	59
Banco do Brasil	Out-2012	131
General Eletric	Dez-2009	256
Aerus	Abr-2022	1.059
Outros credores		
.Arrendamento Mercantil	diversos	386
.Outros Empréstimos	diversos	237
.Impostos Parcelados	diversos	74
TOTAL		5.601

Uma visualização gráfica da participação dos principais credores no total da dívida contratada pode ser demonstrada como segue:





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

5 - PASSIVO A DESCOBERTO (PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO)

O passivo a descoberto em 30 de junho de 2005 é de R\$ 6,8 bilhões. Contudo, a Companhia possui créditos contingentes, cujos montantes, foram confirmados por trabalhos efetuados por consultorias independentes, que se registrados teriam os seguintes efeitos nas demonstrações financeiras:

Valores em milhões de Reais	
Passivo a Descoberto em 30 de junho de 2005	(6.838)
- Crédito tributário, representado por ICMS a recuperar - Valor corrigido estimado	1.329
- Crédito da Ação de Defasagem Tarifária - Valor líquido estimado	3.000
- Crédito tributário por prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias	2.401
Passivo a Descoberto Ajustado	(108)

Caso as regras contábeis em vigor permitissem os registros desses créditos, o Patrimônio Líquido da Companhia seria sensivelmente melhor.

6. RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 17 de junho de 2005, a VARIG e as empresas relacionadas Rio Sul linhas Aéreas S.A. e Nordeste Linhas Aéreas S.A. impetraram, na justiça, um pedido de Recuperação Judicial, com fundamento nos artigos 47 e 48 da Lei 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, objetivando viabilizar a superação da crise financeira que atravessa, reestruturar e manter suas operações, manter o emprego dos trabalhadores e assegurar os interesses de seus credores.

Entre os fatores apresentados para justificar a genuinidade do pedido apresentado destacam-se

- A manutenção de 17.800 empregos diretos e aproximadamente 70.000 empregos indiretos;
- O extraordinário número de passageiros transportados, o qual está próximo de 14 milhões por ano;
- O registro de 5.000.000 de clientes preferenciais associados ao programa “Smiles”, um dos mais bem sucedidos programas de preservação de clientela do mundo.
- A obtenção de divisas estrangeiras que ultrapassam 1 bilhão de dólares norte americanos por ano;
- A detenção de direitos de pouso (“slots”) nos principais aeroportos do mundo;
- A excelência dos serviços prestados, apontada em recentíssima pesquisa efetuada pelo IBOPE que, também, apontou a VARIG como a mais brasileira, mais querida e mais segura entre as empresas aéreas brasileiras.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O pedido destaca, ainda, os efeitos das disputas judiciais no que concerne ao ressarcimento às impetrantes dos valores referentes à insuficiência tarifária e cobrança de tarifa aeroportuária, fato que agravou, severamente, a crise financeira hoje vivida.

Em 22 de junho de 2005, o Juízo de Direito da Oitava Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro emitiu decisão deferindo o processamento da recuperação judicial, ordenando a suspensão de todas as ações ou execuções contra as devedoras.

A Administração



BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 30 de junho de 2005, 31 de março de 2005 e 31 de dezembro de 2004
(Em milhares de reais)

ATIVO	Controladora			Consolidado		
	Jun/05	Mar/05	Dez/04	Jun/05	Mar/05	Dez/04
CIRCULANTE						
Disponibilidades	63.375	63.395	109.834	74.520	68.808	127.130
Contas a receber	603.995	622.045	661.267	756.776	779.900	819.812
Empresas relacionadas	1.310	2.481	90	28.113	32.309	18.926
Depósitos especiais	100.201	110.522	135.716	111.898	120.600	145.823
Impostos a recuperar	33.414	17.926	41.178	55.110	17.926	57.392
Estoques	21.811	25.110	25.404	230.798	265.532	207.846
Pagamentos antecipados	174.883	180.499	147.737	201.481	211.826	158.327
Outros créditos	61.486	67.557	13.653	61.789	67.557	33.454
Total do circulante	1.060.475	1.089.535	1.134.879	1.520.485	1.564.458	1.568.710
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO						
Empresas relacionadas	499.471	520.030	486.507	447.803	458.295	451.566
Depósitos especiais	173.522	177.560	175.436	174.867	177.601	184.115
Créditos tributários	58.669	94.798	87.323	73.272	116.987	108.622
Outros créditos	64.796	84.316	71.464	114.422	92.541	121.097
Total do realizável a longo prazo	796.458	876.704	820.730	810.364	845.424	865.400
PERMANENTE						
Investimentos	469.108	480.929	495.117	9.647	17.148	13.702
Imobilizado	193.325	192.564	192.407	531.437	532.826	579.806
Total do permanente	662.433	673.493	687.524	541.084	549.974	593.508
PASSIVO A DESCOBERTO	6.838.050	6.495.621	6.444.092	6.838.050	6.495.621	6.444.092
TOTAL DO ATIVO E						
PASSIVO A DESCOBERTO	9.357.416	9.135.353	9.087.225	9.709.983	9.455.477	9.471.710

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 30 de junho de 2005, 31 de março de 2005 e 31 de dezembro de 2004
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Controladora			Consolidado		
	Jun/05	Mar/05	Dez/04	Jun/05	Mar/05	Dez/04
CIRCULANTE						
Fornecedores	458.142	482.383	427.812	505.147	527.710	492.344
Empréstimos, financiamentos e debêntures	369.662	355.562	353.922	377.116	363.981	379.969
Financiamentos de obrigações fiscais	249.342	251.453	239.490	283.014	286.673	265.803
Taxas, impostos e contribuições	218.181	195.136	250.398	255.525	235.802	289.348
Salários e encargos sociais	65.917	59.615	76.453	218.323	203.170	209.324
Arrendamento mercantil a pagar	286.012	226.101	215.254	322.857	256.970	244.191
Empresas relacionadas	54.202	82.163	59.597	79.424	91.120	67.321
Contas a pagar	128.101	129.665	136.014	149.347	159.334	178.353
Transportes a executar	461.584	415.921	625.904	464.995	419.765	648.289
Provisões diversas	<u>351.912</u>	<u>311.329</u>	<u>247.538</u>	<u>386.351</u>	<u>336.502</u>	<u>272.597</u>
Total do circulante	<u>2.643.055</u>	<u>2.509.328</u>	<u>2.632.382</u>	<u>3.042.099</u>	<u>2.881.027</u>	<u>3.047.539</u>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.545.405	1.687.062	1.716.785	1.554.472	1.697.569	1.734.938
Financiamentos de obrigações fiscais	3.050.361	3.055.903	3.053.381	3.097.330	3.103.199	3.110.987
Empresas relacionadas	127.081	146.210	148.758	32.317	31.753	33.603
Arrendamento mercantil a pagar	100.450	109.128	103.850	100.450	109.128	103.850
Provisão do passivo atuarial	610.798	501.828	407.093	621.073	501.828	415.350
Provisões Diversas	27.837	11.255	11.353	2.761	9.266	-
Provisões para contingências	<u>1.252.429</u>	<u>1.114.639</u>	<u>1.013.623</u>	<u>1.259.465</u>	<u>1.121.675</u>	<u>1.020.659</u>
Total do exigível a longo prazo	<u>6.714.361</u>	<u>6.626.025</u>	<u>6.454.843</u>	<u>6.667.868</u>	<u>6.574.418</u>	<u>6.419.387</u>
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	-	-	-	16	32	4.784
TOTAL DO PASSIVO	<u><u>9.357.416</u></u>	<u><u>9.135.353</u></u>	<u><u>9.087.225</u></u>	<u><u>9.709.983</u></u>	<u><u>9.455.477</u></u>	<u><u>9.471.710</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
 Períodos de janeiro a junho de 2005 e de 2004
 (Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Controladora			
	Abril a Junho		Janeiro a Junho	
	2005	2004	2005	2004
RECEITAS OPERACIONAIS				
Receitas de voo	1.561.671	1.639.414	3.499.681	3.239.537
Outras receitas operacionais	68.179	65.690	124.184	119.395
Impostos sobre receita	(32.114)	(45.933)	(69.836)	(97.515)
Receita operacional líquida	<u>1.597.736</u>	<u>1.659.171</u>	<u>3.554.029</u>	<u>3.261.417</u>
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS				
Custos de voo	(1.357.146)	(1.129.885)	(2.739.170)	(2.313.357)
Resultado de acordo operacionais	21.504	(32.370)	(14.600)	(61.607)
Outros custos operacionais	(47.293)	(104.831)	(109.755)	(85.532)
	<u>(1.382.935)</u>	<u>(1.267.086)</u>	<u>(2.863.525)</u>	<u>(2.460.496)</u>
LUCRO BRUTO	214.801	392.085	690.504	800.921
DESPESAS OPERACIONAIS				
Despesas comerciais	(271.887)	(331.518)	(556.364)	(660.475)
Honorários da administração	(1.003)	(931)	(1.873)	(1.726)
Despesas administrativas	(51.517)	(40.281)	(94.654)	(79.976)
	<u>(324.407)</u>	<u>(372.730)</u>	<u>(652.891)</u>	<u>(742.177)</u>
RESULTADO DA ATIVIDADE	(109.606)	19.355	37.613	58.744
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS				
Receitas financeiras	7.588	2.901	13.255	6.852
Despesas financeiras	(172.762)	(137.776)	(293.776)	(273.642)
Variações monetárias de obrigações e créditos	127.863	(122.268)	115.346	(127.907)
Impostos s/ receitas financeiras e variações monetárias	-	(8.378)	-	(13.427)
	<u>(37.311)</u>	<u>(265.211)</u>	<u>(165.175)</u>	<u>(408.124)</u>
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES	(28.641)	(14.053)	(42.573)	(11.752)
OUTRAS DESPESAS OPERAC., LÍQUIDAS	(166.088)	(134.642)	(211.150)	(201.920)
RESULTADO OPERACIONAL	(341.646)	(394.861)	(381.285)	(563.052)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(779)	(749)	(12.674)	(3.768)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(342.425)	(395.610)	(393.959)	(566.820)
PREJUÍZO Por Ação no final do período em R\$	(4,90)	(5,66)	(5,63)	(8,11)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
 Períodos de janeiro a junho de 2005 e de 2004
 (Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Consolidado			
	Abril a Junho		Janeiro a Junho	
	2005	2004	2005	2004
RECEITAS OPERACIONAIS				
Receitas de voo	1.795.029	2.030.241	3.961.155	3.879.890
Outras receitas operacionais	278.530	139.370	403.619	230.124
Impostos sobre receita	(53.775)	(73.801)	(109.863)	(137.395)
Receita operacional líquida	<u>2.019.784</u>	<u>2.095.810</u>	<u>4.254.911</u>	<u>3.972.619</u>
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS				
Custos de voo	(1.493.131)	(1.407.223)	(3.010.618)	(2.658.694)
Resultado de acordo operacionais	21.504	(32.370)	(14.600)	(61.607)
Outros custos operacionais	(211.109)	(140.460)	(306.351)	(204.756)
	<u>(1.682.736)</u>	<u>(1.580.053)</u>	<u>(3.331.569)</u>	<u>(2.925.057)</u>
LUCRO BRUTO	337.048	515.757	923.342	1.047.562
DESPESAS OPERACIONAIS				
Despesas comerciais	(377.183)	(447.020)	(759.828)	(883.380)
Honorários da administração	(1.632)	(1.296)	(3.135)	(2.473)
Despesas administrativas	(64.196)	(54.468)	(119.804)	(104.154)
RESULTADO DA ATIVIDADE	(105.963)	12.973	40.575	57.555
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS				
Receitas financeiras	8.386	3.953	14.532	8.769
Despesas financeiras	(178.268)	(142.002)	(307.288)	(281.057)
Variações monetárias de obrigações e créditos	124.667	(119.787)	111.996	(124.768)
Impostos s/ receitas financeiras e variações monetárias	-	(9.028)	-	(14.077)
	<u>(45.215)</u>	<u>(266.864)</u>	<u>(180.760)</u>	<u>(411.133)</u>
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES	(11.002)	(4.130)	(11.963)	(3.125)
OUTRAS DESPESAS OPERAC., LÍQUIDAS	<u>(168.339)</u>	<u>(132.447)</u>	<u>(216.554)</u>	<u>(201.920)</u>
RESULTADO OPERACIONAL	(330.519)	(390.468)	(368.702)	(558.623)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(11.923)	(5.182)	(25.275)	(8.201)
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	17	40	18	4
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	<u>(342.425)</u>	<u>(395.610)</u>	<u>(393.959)</u>	<u>(566.820)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
de 30 de junho de 2005 e de 31 de março de 2005
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A “VARIG”, S. A. (Viação Aérea Rio-Grandense) – “Em Recuperação Judicial” e suas controladas exploram comercialmente, mediante concessão ou autorização dos poderes públicos competentes, transportes aéreos em geral, de passageiros, bagagens, encomendas, cargas e malas postais, através de linhas e serviços aéreos domésticos e internacionais, e prestam serviços de manutenção em aeronaves civis e militares, consertos, restauração e conservação de máquinas e equipamentos, consultoria técnica, desenvolvimento e execução de projetos de engenharia e de programas de treinamento e formação técnica.

Em decorrência das dificuldades enfrentadas pelas empresas aéreas a Companhia vem implementado uma série de ações para o restabelecimento do seu equilíbrio econômico e financeiro, posição patrimonial e a necessária geração de caixa. As principais ações tomadas pela Administração, considerando-se a necessidade premente de capitalização, concentram-se em esforços de negociações com seus principais credores e potenciais investidores.

Em 21 de dezembro de 2004, a VARIG e o Departamento de Aviação Civil – DAC assinaram um Contrato de Concessão através do qual o DAC como representante do Comando da Aeronáutica, subordinado ao Ministério da Defesa, outorga à Companhia a concessão para explorar serviço de transporte aéreo até 31 de dezembro de 2010.

Em 17 de junho de 2005, a VARIG e as empresas relacionadas Rio Sul Linhas Aéreas S.A. e Nordeste Linhas Aéreas S.A. impetraram, na justiça, um pedido de Recuperação Judicial, com fundamento nos artigos 47 e 48 da Lei 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, objetivando viabilizar a superação da crise financeira que atravessa, reestruturar e manter suas operações, manter o emprego dos trabalhadores e assegurar os interesses de seus credores. O pedido foi deferido em 22 de junho de 2005.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Controladora

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

b) Consolidado

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações apresentam os saldos das contas da Companhia e das seguintes empresas: VARIG Logística S. A. e VEM - Varig Engenharia e Manutenção S. A.



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
de 30 de junho de 2005 e de 31 de março de 2005
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

A participação dos acionistas minoritários foi destacada nas demonstrações financeiras consolidadas e os saldos e as transações intercompanhias estão eliminados na consolidação.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Classificação contábil

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses da data do balanço são considerados como de longo prazo.

b) Disponibilidades

As aplicações financeiras estão avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída de acordo com a avaliação do grau de risco de realização dos créditos com os clientes, incluindo créditos de empresas em processo de falência, concordata ou cobrança judicial, sendo o seu montante considerado suficiente para a cobertura de prováveis perdas na realização das contas a receber.

d) Transações em moeda estrangeira

São contabilizadas pela taxa de conversão do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos em reais utilizando as taxas de câmbio em vigor nas datas de encerramento dos períodos. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado à medida que ocorrem.

e) Ganhos ou perdas na conversão de demonstrações financeiras

Ganhos ou perdas na conversão de demonstrações financeiras de empresa sediada no exterior, decorrentes da oscilação do real em relação ao dólar norte-americano, são alocados a receitas ou despesas financeiras.

f) Ativos e passivos sujeitos à atualização monetária

Itens sujeitos à variação monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contrato.



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
de 30 de junho de 2005 e de 31 de março de 2005
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

g) Estoques

São avaliados pelo custo médio das compras ou de produção, ou pelos valores de mercado ou de reposição, entre estes o que for menor. A provisão para obsolescência é registrada para os itens de consumíveis e reparáveis.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis à longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis à longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

i) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são apresentados pelo custo de aquisição e, se aplicável, deduzidos de provisão para perda necessária para torná-los adequados ao valor provável de realização.

j) Imobilizado

É avaliado pelo custo, acrescido de reavaliações, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As depreciações são computadas pelo método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens. Melhorias nos bens existentes são capitalizadas, enquanto custos de manutenção e reparos são lançados no resultado. Materiais alocados a projetos específicos são adicionados às imobilizações em andamento.

k) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais, acrescidos dos respectivos encargos incorridos até as datas de encerramento dos períodos.

l) Contratos de arrendamento de aeronaves

Os custos com arrendamento de aeronaves, cujos contratos estabeleçam opção de compra, são reconhecidos no resultado em função do valor das respectivas contraprestações e da vida útil estimada das aeronaves. O excesso da contraprestação em relação à parcela mensal de depreciação é registrado no ativo imobilizado e será amortizado no período compreendido entre o término do contrato de arrendamento mercantil e o fim da vida útil estimada das aeronaves.

m) Imposto de renda e contribuição social

São computados com base nas disposições da legislação vigente, às alíquotas aplicáveis. Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporais na extensão em que a sua realização seja provável.



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
de 30 de junho de 2005 e de 31 de março de 2005
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

n) Provisões

A provisão para revisão e reparos de equipamentos de voo é constituída com base nas horas voadas e representa cobertura dos custos a realizar com manutenções futuras.

A provisão para o programa de milhagem - Smiles é constituída com base na estimativa de conversão em prêmios das milhas acumuladas no programa conquistadas pelos clientes e não resgatadas, valorizados pelos custos adicionais por passageiro a ser transportado.

Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, tributários, cíveis e comerciais, nas instâncias administrativa e judicial, são reconhecidas tendo como base as opiniões dos assessores legais e as melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes nas datas de encerramento dos períodos.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis à longo prazo

Os demais passivos circulantes e exigíveis à longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias.

p) Reconhecimento da receita

As receitas de vendas são reconhecidas por ocasião da efetiva prestação de serviços, e os valores correspondentes àquelas cujos serviços ainda não foram prestados permanecem na conta "Transportes a executar" no passivo circulante, limitado à validade legal das passagens aéreas. Em decorrência da integração das atividades operacionais da Companhia com as empresas relacionadas Rio Sul Linhas Aéreas S. A. – " Em Recuperação Judicial" e Nordeste Linhas Aéreas S. A. – " Em Recuperação Judicial", os resultados globais auferidos são distribuídos entre as empresas substancialmente em virtude da participação de cada uma delas no total da frota combinada.

q) Plano de pensão

A Companhia e suas controladas, exceto a PLUNA Líneas Aéreas Uruguayas S. A., patrocinam um plano de contribuição definida para seus funcionários. Os custos correntes, relativos ao plano de contribuição definida, são determinados pelo montante da contribuição requerida para o período e contabilizados pelo regime de competência.

r) Prejuízo por ação

Calculado com base no número de ações em circulação nas datas de encerramento dos períodos.



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
de 30 de junho de 2005 e de 31 de março de 2005
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

s) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração compute estimativas e adote premissas relacionadas com ativos e passivos reportados, divulgação de ativos e passivos contingentes nas datas das demonstrações financeiras e montantes reportados de receitas e despesas para os respectivos períodos. Resultados reais podem diferir dessas estimativas.

t) Demonstrações Financeiras do período anterior

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2004 e ao período findo em 31 de março de 2005 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de comparabilidade.

4. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	Jun/05	Mar/05	Jun/05	Mar/05
No país	469.390	561.465	587.742	736.231
No exterior	263.956	190.745	317.159	190.745
Outros valores a receber no exterior	11.339	6.712	11.339	6.712
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(140.690)	(136.877)	(159.464)	(153.788)
	603.995	622.045	756.776	779.900

5. INVESTIMENTOS

a) Valores dos investimentos

	Controladora		Consolidado	
	Jun/05	Mar/05	Jun/05	Mar/05
Em sociedades controladas:				
PLUNA Líneas Aéreas Uruguayas S.A.	-	3.602	-	3.602
VEM - Varig engenharia e Manutenção S.A .	459.961	463.827	-	-
Outros	9.147	13.500	9.647	13.546
	469.108	480.929	9.647	17.148



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
de 30 de junho de 2005 e de 31 de março de 2005
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

b) Informações relevantes relativas às controladas diretas são sumarizadas a seguir:

	30 de Junho de 2005				Equivalência Patrimonial	
	Capital social	Patrimônio Líquido	Resultado	Participação %	Jun/05	Jun/04
	Varig logística S.A .	231.832	(25.106)	(13.736)	99,88	(13.720)
PLUNA Líneas aéreas						
Uruguayas S.A .	8.729	(5.635)	(24.414)	49,00	(11.963)	(3.135)
VEM - Varig Engenharia e Manutenção S.A .	501.294	460.007	(16.892)	99,99	<u>(16.890)</u>	<u>(8.279)</u>
					<u>(42.573)</u>	<u>(11.752)</u>

A participação da Companhia nos resultados da Pluna Líneas Aéreas Uruguayas S.A. foi reconhecida através de equivalência patrimonial, com base em demonstração de resultados preliminar. As informações financeiras atualmente disponíveis não evidenciam a necessidade de nenhum ajuste relevante que possa impactar significativamente a posição patrimonial e financeira da controladora.

Outros investimentos estão representados, principalmente, por imóveis, os quais estão arrendados a terceiros. Os imóveis estão registrados pelos valores líquidos de depreciação.



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
de 30 de junho de 2005 e de 31 de março de 2005
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

6. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas consolidadas são como segue:

	CIRCULANTE				LONGO PRAZO			
	ATIVO		PASSIVO		ATIVO		PASSIVO	
	Jun/05	Mar/05	Jun/05	Mar/05	Jun/05	Mar/05	Jun/05	Mar/05
SATA - Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo S.A .	478	1.238	57.576	64.831	-	-	-	-
Rio Sul Linha Aéreas S.A . - "Em Recuperação Judicial"	10.427	-	11.523	-	-	-	-	-
Nordeste Linhas Aéreas S.A . - "Em Recuperação Judicial"	2.843	-	5.690	-	-	-	-	-
Pluna Linhas Aéreas Uruguayas	9.597	10.089	-	-	1.465	-	-	524
Fundação Ruben Berta	6	20	3.715	3.413	-	-	32.317	31.229
Companhia Tropical de Hotéis	389	180	378	7	-	-	-	-
VARIG Participações em Transportes Aéreos S.A .	-	-	-	22.866	84.456	103.074	-	-
VARIG Participações em Serviços Complementares S.A .	-	-	-	-	360.168	353.600	-	-
FRB-Par Investimentos S.A .	1	-	3	3	1.714	1.621	-	-
Rotatur Ltda	20	20	-	-	-	-	-	-
Outras	4.352	20.762	539	-	-	-	-	-
	<u>28.113</u>	<u>32.309</u>	<u>79.424</u>	<u>91.120</u>	<u>447.803</u>	<u>458.295</u>	<u>32.317</u>	<u>31.753</u>

	Resultado Operacional	
	Jun/05	Jun/04
SATA - Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo S.A .	(24.738)	(44.569)
Rio Sul Linha Aéreas S.A . - "Em Recuperação Judicial"	12.803	39.845
Nordeste Linhas Aéreas S.A . - "Em Recuperação Judicial"	1.797	21.762
Fundação Ruben Berta	(416)	-
Companhia Tropical de Hotéis	24	(1.017)
Outras	2.265	-
	<u>(8.265)</u>	<u>16.021</u>



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
de 30 de junho de 2005 e de 31 de março de 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

Os ativos a curto prazo referem-se principalmente à prestação de serviços de transporte de passageiro e carga.

Os passivos de curto prazo referem-se a, sobretudo, à prestação de serviços auxiliares de pista e manuseio de carga.

Os ativos de longo prazo referem-se a empréstimos de mútuo por assunção de dívida com juros anuais variando entre 100% e 101% da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - taxa DI, acrescidos de 0,5% ao mês.

Os passivos de longo prazo referem-se à comissão de aval sobre garantias prestadas na captação de empréstimos e financiamentos e empréstimos de mútuo, com juros anuais de 100% da taxa DI, acrescidos de 0,5% ao mês.

As transações que a Companhia efetua com partes relacionadas têm bases semelhantes àquelas realizadas com terceiros, considerando-se os volumes, prazos e riscos envolvidos.

7. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Controladora			Consolidado		
	Jun/05		Mar/05	Jun/05	Mar/05	
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Total	Total	
Empréstimos e financiamentos	184.987	372.081	557.068	677.616	573.589	696.542
Financiamento de taxas e contribuições	52.243	1.009.442	1.061.685	1.061.236	1.061.685	1.061.236
Refinanciamentos de Arrendamento mercantil	56.945	67.687	124.632	146.701	124.632	146.701
Debêntures	75.487	96.195	171.682	157.071	171.682	157.071
	<u>369.662</u>	<u>1.545.405</u>	<u>1.915.067</u>	<u>2.042.624</u>	<u>1.931.588</u>	<u>2.061.550</u>

Os principais empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados no quadro a seguir:



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
de 30 de junho de 2005 e de 31 de março de 2005
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

	Controladora			Mar/05
	Curto prazo	Jun/05 Longo prazo	Total	
Aerus - Instituto Aerus de Seguridade Social Instituto Aerus de Seguridade Social - parcelamento em 217 prestações mensais, a partir de abril de 2004, atualizadas pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M. Sobre o saldo atualizado incidem juros de 6% ao ano. Foram dadas como garantia a ação de defasagem tarifária, recebíveis e 5% das ações da VEM Varig Engenharia e Manutenção e VARIG Logística S. ^a	50.168	1.009.442	1.059.610	1.058.275
GE - Engines Services Incorporation Financiamentos com juros anuais de 8%, pagáveis mensalmente até agosto de 2008, como garantia foram oferecidos recebíveis de cartão de crédito parcelado e BSP Brasil 3º decêndio.	51.361	84.466	135.827	159.805
GE- Capital Aviation Services Incorporation Financiamentos com juros anuais de 6%, pagáveis mensalmente até dezembro de 2009. Como garantias foram oferecidos os recebíveis de venda de passagens aéreas através de cartões de crédito, provenientes do sistema IATA-BSP dos vôos internacionais para França e Inglaterra.	18.353	100.480	118.833	151.307
Brazilian American Merchant Bank (USA): Juros anuais de 3,5% acima da taxa interbancária de Londres-LIBOR, pagáveis semestralmente até dezembro de 2012, garantidos por recebíveis de cartões de crédito na Itália e Argentina, ações de determinadas empresas da FRB-Par (Rio Sul, Sata e Rede Tropical) e imóveis em Brasília e Manaus	17.905	113.167	131.072	160.975
Debêntures Infraero: De 1º e 4º emissão sujeitas a atualização de TJLP acrescido de 4,75% aa. Foram oferecidas como garantias os recebíveis de venda de passagens aéreas realizadas no terceiro decêndio de cada mês - IATA-BSP Brasil, Banco de Boston.	75.487	96.195	171.682	157.071
Petrobras : Financiamento com juros anuais de 7% acima da TJLP, pagáveis mensalmente até maio de 2006, garantidos por recebíveis de cartões de crédito (Redecard a vista, Visa a Vista e Parcelado), BSP 2º e 3º decêndios (Unibanco) e fiança da FRB.	59.048	-	59.048	37.333
Refinanciamento de Arrendamento Mercantil : Diversos Lessors cujo principal varia de US\$ 777 mil a US\$ 21,67 milhões a serem amortizados de julho de 1999 a julho de 2009 cuja taxa de juros variam de 2% a 12% acima da taxa libor	56.945	67.687	124.632	146.701
Outros empréstimos e financiamentos.	40.395	73.968	114.363	171.157
	<u>369.662</u>	<u>1.545.405</u>	<u>1.915.067</u>	<u>2.042.624</u>

8. ARRENDAMENTO MERCANTIL

Os volumes de compromissos decorrentes dos arrendamentos financeiros e operacionais, em 30 de junho de 2005, totalizam R\$211.371 e R\$1.487.437, respectivamente, e as parcelas serão devidas nos seguintes períodos:



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
de 30 de junho de 2005 e de 31 de março de 2005
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

	Controladora		
	Financeiro	Operacional	Total
2005	62.692	269.838	332.530
2006	93.670	370.901	464.571
2007	55.009	263.022	318.031
2008	-	210.644	210.644
2009 em diante	-	373.032	373.032

9. FINANCIAMENTOS DE OBRIGAÇÕES FISCAIS

A composição dos financiamentos de obrigações fiscais é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	Jun/05	Mar/05	Jun/05	Mar/05
PAES - Receita Federal	1.580.095	1.587.004	1.606.745	1.613.814
PAES - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	1.644.865	1.641.994	1.644.865	1.641.994
Parcelamento FGTS	71.773	75.348	71.773	75.348
Parcelamento COFINS	-	-	29.955	29.986
Parcelamento ICMS	192	232	10.030	11.036
Parcelamento ISS	2.778	2.778	6.355	7.040
Parcelamento PIS	-	-	9.559	9.569
Parcelamento IRPJ	-	-	1.062	1.085
	<u>3.299.703</u>	<u>3.307.356</u>	<u>3.380.344</u>	<u>3.389.872</u>
Menos- Parcela de curto prazo	<u>(249.342)</u>	<u>(251.453)</u>	<u>(283.014)</u>	<u>(286.673)</u>
Exigível a Longo prazo	<u>3.050.361</u>	<u>3.055.903</u>	<u>3.097.330</u>	<u>3.103.199</u>



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
de 30 de junho de 2005 e de 31 de março de 2005
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

a) Parcelamento especial - PAES - Receita Federal e INSS

Em 30 de julho de 2003, com base na Lei nº 10.684 de 30 de maio de 2003, a Companhia e suas controladas ingressaram com Pedido de Parcelamento Especial - PAES na Secretaria da Receita Federal e no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, referente a obrigações de INSS, Cofins, Finsocial, CPMF, IRPJ, PIS e CSSL vencidos nos períodos-base anteriores a janeiro de 2003. Como vários desses tributos haviam, anteriormente, sido compensados com tributos da mesma natureza, para determinar os valores a serem incluídos no PAES a Companhia desconsiderou as compensações feitas e calculou, retroativamente, as multas e a atualização com base na variação da taxa Selic. Como consequência da adesão da Companhia ao PAES, o saldo devedor do parcelamento de impostos e encargos sociais em aberto em 31 de janeiro de 2003 também foi consolidado no novo parcelamento. O valor total parcelado foi de R\$3.120.157, a ser pago em 180 prestações mensais a partir de setembro de 2003, acrescido de juros correspondentes à variação mensal da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

As parcelas referentes ao parcelamento do INSS, vencidas entre janeiro de 2004 a junho de 2005, foram liquidadas por meio da compensação de valores a receber do fundo aeroviário. Em decorrência deste procedimento o INSS, em carta datada de 3 de dezembro de 2004, informou à Companhia que a mesma estava excluída do PAES pelo fato de as compensações efetuadas não constarem do seu Sistema de Cobrança. Em 1 de fevereiro de 2005, em decisão sobre Ação Ordinária impetrada pela Companhia contra o INSS, foi deferido o pedido de Antecipação de Tutela para que a Companhia possa continuar adimplindo as cotas de parcelamento, obstando, assim, sua exclusão do PAES até que a legitimidade das compensações efetuadas seja confirmada ou não. Até a data de apresentação destas demonstrações financeiras nenhuma decisão final sobre este assunto havia sido emitida pelas autoridades competentes. O montante dos créditos compensados de Fundo Aeroviário estão registrados na rubrica provisão para contingências.

Não obstante os valores do PAES não terem sido homologados até a data de apresentação destas demonstrações financeiras, a dívida declarada foi contabilizada e classificada assumindo a sua aceitação pelas autoridades competentes e considerando-se o prazo de liquidação estabelecido pelos programas.

a) Parcelamento do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

Durante o exercício de 2004, a Companhia obteve autorização para o parcelamento dos valores referentes ao FGTS do período de junho de 2002 a julho de 2004. O parcelamento foi efetuado em 180 prestações a partir de setembro de 2004, as quais são acrescidas pela taxa referencial – TR mais 0,25% ao mês.

b) Parcelamento de impostos federais e municipais

Durante o exercício de 2003, a Companhia e suas controladas obtiveram autorização para o parcelamento de suas obrigações referentes a Cofins, PIS, IRPJ, CSLL e ISS vencidas nos períodos anteriores a junho de 2002. O parcelamento foi efetuado em prestações variando de 30 a 60 meses a partir de novembro de 2003, as quais são acrescidas de juros de 1% sobre o valor do principal e atualização monetária mensal calculada com base na variação da taxa Selic.

d) Parcelamento de ICMS

Durante o exercício de 2003, com base na Lei nº 4.246 de 16 de dezembro de 2003 e no Decreto nº 45.490, de 30 de novembro de 2000, a Companhia e suas controladas ingressaram com pedido de parcelamento de seus débitos de ICMS nas Secretarias de Estado da Fazenda do Rio de Janeiro e de São Paulo, vencidos entre os períodos de apuração de abril de 2001 e outubro de 2003, sendo os saldos devedores, quando aplicável, atualizados pela UFIR-RJ ou UFESP mais taxa Selic, acrescidos de multa. O saldo devedor do parcelamento do ICMS do Rio de Janeiro será pago em 60 prestações mensais a partir de 31 de janeiro de 2004. A Secretaria de Estado da Fazenda do Rio de Janeiro deferiu o pedido de parcelamento em 22 de dezembro de 2003 e a Secretaria de Estado da Fazenda de São Paulo deferiu o pedido em 14 de junho de 2004.



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
de 30 de junho de 2005 e de 31 de março de 2005
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

Os saldos de financiamentos de obrigações fiscais exigíveis à longo prazo, em 30 de junho de 2005, têm seus vencimentos como segue:

	Controladora
2006	126.873
2007	254.276
2008	253.979
2009 em diante	2.415.233
	3.050.361

10. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 30 de junho de 2005, foi provisionado o montante de R\$1.252.429 (R\$1.114.639 em 31 de março de 2005), o qual, conforme a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento. A classificação dos valores provisionados, segundo a natureza dos respectivos processos, é como segue:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	Jun/05	Mar/05	Jun/05	Mar/05
Tributos não recolhidos por força de ações em andamento	1.102.033	991.246	1.102.033	993.098
Trabalhistas	132.923	106.193	138.374	109.792
Cíveis	17.473	17.200	18.884	18.611
Outras tributárias	-	-	174	174
	1.252.429	1.114.639	1.259.465	1.121.675

Tributos não recolhidos por força de ações em andamento

A Companhia está questionando, administrativa e judicialmente, a constitucionalidade da natureza, a composição da base de cálculo, as modificações de alíquotas e a expansão da base de cálculo de alguns tributos, objetivando assegurar o não-recolhimento ou a recuperação de valores julgados indevidos no passado.

As seguintes principais ações estão em andamento:



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
de 30 de junho de 2005 e de 31 de março de 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

- i) O Departamento de Aviação Civil - DAC, por meio de Portaria emitida em outubro de 1999, passou a exigir o recolhimento de contribuição ao Fundo Aeroviário - FA equivalente a 1% das tarifas constantes dos bilhetes emitidos, estendendo a exigibilidade para as empresas de aviação regionais. Anteriormente, a alíquota exigida era de 3%. A Companhia está questionando judicialmente a cobrança de referida contribuição e, baseada em liminar obtida, não efetuou os recolhimentos correspondentes ao período de maio de 1999 a junho de 2005. Os valores não recolhidos, atualizados monetariamente, totalizam a R\$209.905 em 30 de junho de 2005 (R\$198.100 em 31 de março de 2005) e estão provisionados.
- ii) Seguro de Acidente de Trabalho - SAT - A Companhia ingressou em juízo objetivando uma declaração judicial da inexigibilidade da contribuição e obteve, preliminarmente, o direito de compensar os montantes pagos em períodos anteriores com contribuições sociais da mesma natureza. Em decisão proferida em 20 de março de 2003, sobre recurso extraordinário impetrado por outro contribuinte, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, confirmando acórdão do TRF da 4ª Região, julgou que é constitucional a exigibilidade do SAT, bem como sua regulamentação. Conseqüentemente, a Administração, fundamentada em opinião de seus assessores legais, decidiu provisionar as compensações acumuladas, atualizadas monetariamente, as quais totalizam R\$211.374 em 30 de junho de 2005 (R\$203.723 em 31 de março de 2005).
- iii) Programa de Integração Social - PIS – Fundamentada em tutela cautelar liminar obtida, a Companhia compensou, entre fevereiro e junho de 2003, valores recolhidos indevidamente em períodos anteriores a título de PIS com valores mensais a serem recolhidos a título de Cofins. Em 30 de junho de 2005, uma provisão no montante de R\$71.504 (R\$69.150 em 31 de março de 2005), correspondente às compensações efetuadas, foi constituída pela Companhia.
- iv) Seguro de Acidente de Trabalho - SAT - A Companhia está questionando judicialmente a constitucionalidade da contribuição ao SAT incidente sobre a folha de pagamento e, baseada em decisões preliminares obtidas, suspendeu os recolhimentos no período de dezembro de 1999 a junho de 2005. Os valores não recolhidos, atualizados monetariamente, montam a R\$64.691 em 30 de junho de 2005 e estão provisionados (R\$59.309 em 31 de março de 2005).
- v) Fundo Aeroviário - FA - A Companhia está questionando judicialmente a constitucionalidade da contribuição para o Fundo Aeroviário - FA incidente sobre a folha de pagamento e, baseada em decisões preliminares obtidas, suspendeu os recolhimentos no período de dezembro de 1999 a junho de 2005. Os valores não recolhidos, atualizados monetariamente, montam a R\$104.493 em 30 de junho de 2005 e estão provisionados (R\$97.201 em 31 de março de 2005).
- vi) Programa de Integração Social - PIS - A Companhia, apoiada em tutela antecipada, por considerar inconstitucional os Decretos-leis nº 2.445/88 e nº 2.449/88, que alteraram as alíquotas e a forma de cálculo de valores do PIS recolhidos no período de outubro de 1988 a janeiro de 1992, obteve o direito de compensar os valores recolhidos com tributos da mesma natureza. Como resultado, uma provisão foi registrada, cujo montante, equivalente aos valores compensados atualizados monetariamente até 30 de junho de 2005 é de R\$106.150 (R\$102.292 em 31 de março de 2005).



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS de 30 de junho de 2005 e de 31 de março de 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

- vii) Fundo Aeroviário - FA – A Companhia obteve o direito de compensar os valores recolhidos a título de Fundo Aeroviário no período de novembro de 1990 a outubro de 1999 através de tutela antecipada. Em 30 de junho de 2005, uma provisão no montante de R\$319.288 (R\$248.448 em 31 de março de 2005), correspondente às compensações efetuadas, foi constituída pela Companhia.

Outros processos no montante de R\$14.628 em 30 de junho de 2005 (R\$13.023 em 31 de março de 2005) referem-se principalmente a liminar sobre a retenção de 0,5% e 10% do FGTS.

Contingências trabalhistas

Em 30 de junho de 2005, a Companhia estava exposta a ações trabalhistas, com as mais variadas características e em diversas fases do rito processual. Essas ações determinam um risco máximo total de R\$ 233.112. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos da Companhia e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, o montante provisionado de R\$132.923 (R\$106.193 em 31 de março de 2005) é considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Contingências cíveis

Em 30 de junho de 2005, a Companhia estava passível a ações cíveis com as mais variadas características e em diversas fases do rito processual. Essas ações determinam um risco máximo total de R\$103.046. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos da Companhia e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, o montante provisionado de R\$17.473 em 30 de junho de 2005, (R\$ 17.200 em 31 de março de 2005) é considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Adicionalmente, a Companhia está envolvida em outros processos, todos decorrentes de suas operações habituais, os quais, na opinião da Administração, representam um risco baixo de materialização e não são passíveis de produzir, isoladamente ou no seu conjunto, um efeito relevante sobre a sua posição financeira ou os resultados das suas operações. O principal processo está descrito a seguir:

As empresas de aviação comercial estão discutindo no Supremo Tribunal Federal a forma de cobrança e a definição de alíquotas do ICMS incidente sobre transporte aéreo, a partir de 1º de janeiro de 1997. O Senado Federal fixou a alíquota de ICMS sobre transportes aéreos interestaduais em 4%, enquanto o Conselho Nacional da Política Fazendária - CONFAZ, através do Convênio nº 120/96, estabeleceu a alíquota de 12% para o mesmo tipo de transporte. A Companhia, enquanto discute judicialmente a alíquota aplicável, está adotando a decisão promulgada pelo Senado Federal.

Créditos contingentes

Diferença tarifária - Fundamentada nos termos dos contratos de concessão de linhas aéreas, a Companhia está promovendo ação judicial contra a autoridade concedente, objetivando o ressarcimento de perdas decorrentes de insuficiência tarifária verificada no período de 1986 a 1991. A ação foi julgada favorável à



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
de 30 de junho de 2005 e de 31 de março de 2005
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

Companhia em primeiras e segundas instâncias e teve seu valor fixado em cerca de R\$2,3 bilhões e R\$1,4 bilhão, respectivamente, em cada uma dessas fases do processo.

Crédito de ICMS - Em 12 de setembro de 1996, o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional a incidência do ICMS sobre serviços de transporte aéreo prestados no período compreendido entre maio de 1989 e dezembro de 1996. Conseqüentemente, a Companhia considerou indevidos os pagamentos do referido tributo por ela efetuado entre maio de 1989 e junho de 1994 e está promovendo ação judicial contra os Estados, objetivando o ressarcimento dos créditos que totalizavam a aproximadamente R\$1,3 bilhão em 30 de junho de 2005.

Esses créditos só serão reconhecidos nas demonstrações financeiras no momento de suas efetivas realizações.

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Valor justo de instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia têm sido determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para se produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Em 30 de junho de 2005, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros:

i) Disponível, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

O valor contabilizado aproxima-se do valor de realização.

ii) Investimentos

Consistem principalmente em controladas e coligadas, registrados pelo método de equivalência patrimonial, as quais têm interesse estratégico para as operações da Companhia. Considerações de valor de mercado não são aplicáveis.

iii) Empréstimos e financiamentos

Sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. As taxas de juros que estão atualmente disponíveis para a sociedade para operações com termos e vencimentos similares foram utilizadas para estimar o valor de realização, o qual não difere do valor registrado.



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
de 30 de junho de 2005 e de 31 de março de 2005
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

iv) Financiamentos de obrigações fiscais

As condições são similares às normas usuais para taxas de financiamento de impostos e não há diferenças materiais relacionadas com taxas de juros aplicadas a financiamentos da mesma natureza.

b) Risco com taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia não tem contratado operações de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

c) Risco com taxa de câmbio

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. A estratégia da Companhia é proteger sua exposição aos riscos decorrentes da assunção de passivos denominados em moeda estrangeira com a parte de seu faturamento também denominada em moeda estrangeira.

d) Derivativos

São mantidas aplicações financeiras indexadas pela variação do dólar norte-americano para cobrir parcialmente os vencimentos futuros das dívidas na mesma moeda. A Companhia não possuía derivativos com o propósito de especulação.

e) Risco de crédito

A Companhia pode incorrer em perdas com valores a receber oriundos de faturamentos por prestação de serviços de manutenção de aeronaves, serviços de transporte de cargas e vendas de bilhetes através de agentes de viagens e/ou vendas diretas. Para reduzir esse risco, é realizada análise de crédito dos devedores.

Para fazer face a possíveis perdas com crédito de liquidação duvidosa, foram constituídas provisões, cujos montantes são considerados suficientes pela Administração para a cobertura desse risco.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 30 de junho de 2005, os saldos de prejuízo fiscal consolidado e de base negativa de contribuição social, para os quais não há prazo-limite para a utilização, são de R\$ 5.472.954 e R\$5.854.458, respectivamente.



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
de 30 de junho de 2005 e de 31 de março de 2005
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

13. PLANO DE APOSENTADORIA COMPLEMENTAR

Nos termos da legislação aplicável, a Secretaria da Previdência Complementar – SPC determina que sejam firmados contratos entre as patrocinadoras e as entidades de Previdência Complementar, visando à cobertura da reserva atuarial dos benefícios concedidos.

Em 01 de julho de 2004 a Companhia, como patrocinadora do AERUS, assinou Instrumento Particular de Reconhecimento de Responsabilidade e outros pactos no qual assume a responsabilidade pelo déficit técnico correspondente aos benefícios concedidos no montante de R\$ 673.282 (Planos de Benefícios I - R\$ 511.898 e Plano de Benefícios II - R\$161.384). Os compromissos atuariais foram tomados como referência inicial, apurados através do Demonstrativo dos Resultados das Avaliações Atuarial – DRAA, com data base em 30 de junho de 2003, posicionado em 31 de dezembro de 2003. Os valores de referência serão revistos anualmente conforme legislação aplicável, e, em 30 de junho de 2005, este déficit corresponde a R\$755.050 (Plano de Benefícios I – R\$ 557.866 e Plano de Benefícios II – R\$ 197.184).

Apesar do valor do contrato para cobertura atuarial celebrado com o AERUS superar em R\$ 144.252 o valor do passivo atuarial total registrado pela Companhia em 30 de junho de 2005, a Companhia continuará adotando o procedimento de calcular e reconhecer o passivo atuarial, conforme as disposições da Deliberação CVM nº 371/2002.

Como conseqüência das disposições da Deliberação CVM 371/2002, principalmente no que se refere aos procedimentos para o reconhecimento contábil dos ganhos ou perdas atuariais e dos serviços passados, os registros contábeis não contemplam a totalidade dos valores correspondentes às obrigações relacionadas ao contrato celebrado com a AERUS, dado que as normas da Secretaria da Previdência Complementar – SPC, estabelecem como premissa a contratação da totalidade dos compromissos atuariais assumidos pela patrocinadora relacionados aos benefícios concedidos.

Dessa forma, visando adequar seus registros contábeis ao passivo atuarial líquido total registrado em 30 de junho de 2005, no valor de R\$610.798 mil, a Companhia registrou no exigível a longo prazo o valor total do contrato celebrado com o AERUS, no montante de R\$755.050 mil, sendo a parcela excedente, no valor de R\$144.252 mil, tratada como redutor do passivo atuarial, a título de diferimento, ficando este valor sujeito a revisões anuais.

Os pagamentos para cobertura atuarial somente serão realizados a partir de 1º de janeiro de 2008 e na eventualidade do Instituto Aerus de Seguridade Social não ter o êxito na ação judicial movida contra a União Federal na qual pleiteia indenização pelos danos, decorrentes da supressão da “terceira fonte” e o restabelecimento da referida receita. Caso o pleito não esteja definido até 1º de janeiro de 2008, será elaborado instrumento específico que disporá sobre a realização de pagamentos destinados a cobrir o déficit técnico atualizado e condições que devem estabelecer a periodicidade de pagamentos da seguinte forma:

a) Plano de Benefícios I – será reavaliado e o total será pago em 91 parcelas, iguais, mensais e sucessivas, reajustáveis mensalmente pelo índice da meta atuarial do AERUS correspondente ao IGP-M/FGV.



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
de 30 de junho de 2005 e de 31 de março de 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

b) Plano de Benefícios II – será reavaliado e o total será pago em 145 parcelas, iguais, mensais e sucessivas, reajustáveis mensalmente pelo índice da meta atuarial do AERUS correspondente ao IGP-M/FGV.

A Companhia ofereceu como garantia caução parte do seu crédito contra a União Federal reconhecido nos autos da ação ordinária N^o 93.00.02252-0, em curso perante o Tribunal Regional Federal da 1^a Região, até o valor pactuado no presente instrumento.

14. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Os principais componentes das outras despesas operacionais, líquidas são:

	Controladora		Consolidado	
	Jun/05	Jun/04	Jun/05	Jun/04
Atualização de valores de tributos não recolhidos anteriormente por força de ações em andamento para sua inclusão no PAES	(71.423)	(29.650)	(71.423)	(29.650)
Provisão para contingências	(28.140)	(10.783)	(28.140)	(10.783)
Passivo atuarial - AERUS	(203.705)	(122.808)	(206.383)	(122.808)
Gastos com reestruturação de frota	(8.804)	(31.472)	(8.804)	(31.472)
Reorganização de empresas relacionadas	(382)	-	(382)	-
Receita pela expiração de bilhetes emitidos (a)	61.188	-	61.188	-
Provisão para perdas	(1.171)	(6.429)	(1.171)	(6.429)
Outras despesas	41.287	(778)	38.561	(778)
	<u>(211.150)</u>	<u>(201.920)</u>	<u>(216.554)</u>	<u>(201.920)</u>

a) Refere-se a baixa de bilhetes de passagem aérea registrados no balanço patrimonial na rubrica transporte a executar, emitidos e não voados dentro da validade legal da passagem aérea.

15. SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados pela Administração suficientes para a cobertura de eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

Despesas de responsabilidade civil perante terceiros, limitadas ao equivalente em Reais a um bilhão de dólares estadunidenses, provocadas por atentados terroristas ou atos de guerra que a Companhia possa vir a ser exigida, serão de responsabilidade do Governo Brasileiro conforme prevê a Lei N^o 10.744, de 09 de outubro de 2003 e Decreto N 5.035 de 05 de abril de 2004.



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
de 30 de junho de 2005 e de 31 de março de 2005
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

Esta Lei é decorrência dos atentados terroristas ocorridos nos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001, pois as seguradoras limitaram as coberturas de cascos de aeronaves e responsabilidade civil após este evento a aproximadamente 150 milhões de dólares estadunidenses por sinistro e para coberturas maiores seria necessário o pagamento à vista, o que inviabilizou as contratações.



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

David Zylbersztajn – Presidente
Eleazar de Carvalho Filho- Vice-Presidente
Gesner José de Oliveira
Harro Fouquet
Marcos Castrioto de Azambuja
Sérgio de Almeida Bruni
Sérgio Xavier Ferolla

COMITÊ EXECUTIVO

Omar Carneiro da Cunha Sobrinho – Diretor Presidente
Miguel Dau – Vice-Presidente Operacional e Técnico e Diretor de Operações de Voo

DIRETORIA

Ricardo José Bullara - Diretor de Controladoria e Relação com Investidores
Faustino Albano Pereira Junior – Diretor de Marketing
José Dolabela Portela – Diretor de Atendimento ao Cliente
Marcelo Willian Bottini – Diretor de Vendas e Planejamento

Agostinho A. P. Leite Neto
Contador
CRC-SP –159.319-S/RS
CPF 047.866.998-45



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL

Aos Acionistas e Diretores da
“VARIG”, S. A. (Viação Aérea Rio-Grandense)
Porto Alegre – RS

1. Efetuamos uma revisão especial das Informações Trimestrais - ITRs da “VARIG”, S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense) – “Em Recuperação Judicial” e controladas (controladora e consolidado) referentes ao trimestre e período de seis meses findo em 30 de junho de 2005, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, o relatório de desempenho e as informações relevantes elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e de suas controladas. Nossa responsabilidade é emitir relatório, sem expressar opinião, sobre essas Informações Trimestrais-ITR.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e de suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.
3. Baseados em nossa revisão especial, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas Informações Trimestrais – ITR referidas no parágrafo 1 para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM especificamente aplicáveis à divulgação das Informações Trimestrais - ITR.
4. A Companhia vem apresentando expressivos prejuízos líquidos, e em 30 de junho de 2005 o passivo circulante excedia o ativo circulante em R\$1.582.580 mil e o passivo a descoberto era de R\$6.838.050 mil. Adicionalmente, as projeções do fluxo de caixa da Companhia indicam a necessidade de captação de relevantes recursos no curto prazo para possibilitar a manutenção de suas atividades. As ações que estão sendo desenvolvidas pela Administração para a superação das atuais dificuldades estão descritas na nota explicativa nº 1. Em 30 de junho de 2005, a Companhia possuía saldo líquido a receber, de R\$319.498 mil, de empresas relacionadas que também apresentam dificuldades operacionais e, conseqüentemente, a realização desse ativo é incerta. Adicionalmente, conforme descrito na nota explicativa nº 9 a manutenção da Companhia no programa de parcelamento especial, no que se refere às contribuições ao Instituto Nacional de Seguridade Social depende de ações em andamento. Também em 30 de junho de 2005, apesar de os valores incluídos no Pedido de Parcelamento Especial – PAES não terem sido homologados pelas autoridades competentes, haver liquidação de certos tributos correntes e de parcelas do PAES por meio de compensação e haver inadimplência quanto ao pagamento de certos tributos correntes, a contabilização e classificação das dívidas foram efetuadas de acordo com as condições estabelecidas no programa, com base na expectativa da Administração de uma adequada resolução deste assunto. A continuidade dos negócios da Companhia dependerá do sucesso das medidas que estão sendo tomadas pela Administração e, portanto, as demonstrações financeiras em 30 de junho de 2005 não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou aos



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL

valores e à classificação de passivos que seriam requeridos caso não venha ser homologado o PAES ou na impossibilidade de a Companhia continuar operando.

5. Os balanços patrimoniais (controladora e consolidado), levantados em 31 de março de 2005 e as demonstrações de resultado (controladora e consolidado) referentes ao trimestre e semestre findo em 30 de junho de 2004, apresentados para fins de comparação, foram por nós revisados, e os relatórios de revisão especial, datados de 16 de maio de 2005 e 13 de agosto de 2004, respectivamente, contêm parágrafo de ênfase similar ao assunto mencionado no parágrafo 4.

São Paulo, 29 de julho de 2005.

Orlando Octavio de Freitas Jr.
Sócio-contador
CRC nº 1 SP 178871/O-4 S/RS

BDO TREVISAN AUDITORES INDEPENDENTES
CRC nº 2 SP 013439/O-5